

ONU propõe divisão do deságio

Sônia Beatriz de Barros

O secretário-geral das Nações Unidas, Perez de Cuellar, neste fim de semana é o anfitrião de um encontro informal para consultas sobre o problema da dívida externa do Terceiro Mundo. No documento de encaminhamento para o debate, a Secretaria-Geral da ONU manifesta sua preocupação com a questão da dívida que, em seu entender, "ficará inadmissível se a economia mundial sofrer uma virada e se os juros tiverem uma alta generalizada".

Os convidados de Perez de Cuellar, entre eles o diretor-gerente do FMI, Michel Camdessus, os presidentes do Banco Mundial e do BID, Barber Conable e Enrique Iglesias, o ex-ministro da Fazenda do Brasil Bresser Pereira e o pai da perestroika, Abel Aganbegyan, além do ex-chanceler da Alemanha Helmut Schmidt e o ex-ministro do Japão Saburo Okita, debatem o que para a ONU é uma questão hoje fundamental: como financiar o desenvolvimento do Terceiro Mundo, principalmente dos 15 maiores devedores.

"As perspectivas de um aumento substancial na ajuda financeira em resposta às necessidades de desenvolvimento do Terceiro Mundo são desanimadoras", constata o secretário-geral da ONU. "Os créditos oficiais estão estabilizados, a ajuda bilateral tende a diminuir, os empréstimos dos organismos multilaterais estão estagnados e em alguns casos o fluxo é negativo, devido ao alto custo do serviço da dívida. Os créditos oficiais para exportações diminuíram nos últimos anos e o refinanciamento das dívidas no âmbito do Clube de Paris aumentou significativamente."

Na avaliação das Nações Unidas, o financiamento pelos bancos comerciais é desapontador. Os bancos hesitam em dar dinheiro novo aos devedores, embora a maioria tenha reduzido sua *exposure*, através de provisões nos balanços contra os endividados de alto risco. Em resumo, para a ONU, o dinheiro necessário para a retomada do crescimento e o desenvolvimento futuro dos países devedores não poderá ser obtido apenas através de novos empréstimos pelas condições hoje em vigor. A redução da dívida torna-se "uma medida necessária" para aliviar as atuais condições que, em casos como o de alguns dos 15 países de renda média, poderão resultar em tensão social e política, além de estagnação.

Deságio — Entre as sugestões encaminhadas por Perez de Cuellar para debate está a tese do ex-ministro Bresser Pereira que, quando divulgada em setembro do ano passado, provocou risos e descrença geral. Trata-se da sugestão de *rachar o deságio* com que são vendidos os títulos da dívida externa no mercado secundário. Agora é a ONU quem diz:

"Se aos países devedores for dado um pouco mais da metade do deságio (em média de 55%, hoje), eles poderão romper o círculo vicioso. Após cinco anos, a renda será 24% superior, os investimentos 36% maiores do que no ano-base, a relação entre o nível de endividamento e o PIB será em média 17 pontos percentuais mais baixa, e a existente entre as exportações e o pagamento da dívida 100 pontos percentuais menor. Uma taxa de crescimento de 5,5% se manterá estável, e os números da dívida vão melhorar. Este perdão será um mecanismo que colocará em ação o processo de cresci-

mento dos superendividados que é o objeto deste documento."

Perdão — As nações Unidas entendem ainda que o perdão trará consequências benéficas para os credores: eles não terão de se envolver em prolongadas negociações para refinanciamento dos débitos; o progressivo fortalecimento da capacidade dos devedores continuarem servindo a dívida levará à queda dos descontos no mercado secundário; e o mais rápido crescimento dos endividados abrirá oportunidade para novos empreendimentos rentosos.

Um consenso sobre este perdão, no entender das Nações Unidas, não representará uma ameaça para a política de ajuste caso a caso defendida pelo secretário do Tesouro dos Estados Unidos, James Baker. "Nem enfraquecerá o sistema financeiro internacional, pois os bancos comerciais estão numa posição em que, com a ajuda das autoridades reguladoras, poderão absorver o impacto deste perdão."

Outras sugestões, segundo Perez de Cuellar, estão sendo feitas por organizações e indivíduos proeminentes, mas podem ser divididas em dois grupos: a criação de uma agência internacional para avaliar os empréstimos, dando aos bancos credores a garantia necessária; e a redução espontânea dos juros cobrados através de incentivos e outras medidas fiscais concedidas pelos governos envolvidos.

As duas sugestões exigem, porém, uma decisão política, e a aplicação de qualquer uma delas também exigirá que os devedores se comprometam a seguir políticas de crescimento e de ajuste não muito diferentes das atuais, entendem as Nações Unidas.